

Conhecimento e Interculturalidade

Knowledge and Interculturality

por Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

Resumo: O artigo propõe-se a refletir sobre a necessidade de ampliação e de reconhecimento da diversidade de saberes na esfera pública para a configuração de sociedades efetivamente democráticas. Um grande desafio para o século vinte e um é a inclusão de contingentes excluídos da população mundial, condição necessária para a configuração da sociedade do conhecimento, o que pressupõe a interação de diferentes formas de narrar o mundo, de compreendê-lo, de informá-lo, de lhe dar sentido e de agir sobre ele. Em sociedades crescentemente diversas como as que vivemos, desafiadas a ampliar sua esfera democrática, como se realiza a construção dos saberes? A interculturalidade se apresenta como eixo a partir do qual a mobilização para a superação das desigualdades pode ser consubstanciada, o que impõe a necessidade de reconhecimento e co-habitação cultural de diferentes formas de conhecimento que efetivamente se comunicem.

Palavras chaves: Conhecimento; Interculturalidade; Diversidade cultural; Desigualdade social; Exclusão social; Sociedades democráticas.

Abstract: This article aim is to reflect about the necessity of recognition and amplification of the diversity of “knowledges” in the public sphere for the configuration of efective democratic societies. A big challenge for the 21st century is the inclusion of excluded contingents from the world population, as a necessary condition for the knowledge society configuration. This configuration supposes the interaction of different world narrative forms and comprehension, diverse ways to inform it, to give it sense and to act on it. On increasingly diverse societies, as the ones we live in and which are defied to magnify their democratic sphere, how the “knowledges” construction are actualized? Interculturality presents itself as an axis from where the mobilization to the inequality overcoming can be performed imposing the recognition and the cultural cohabitation of different knowledge forms that effectively communicate.

Key words: Knowledge; Interculturality; Cultural diversity; Social Inequality; Social exclusion; Democratic societies.

Introdução

O antropólogo e filósofo Néstor García Canclini em seu livro intitulado "Diferentes, desiguales y desconectados", busca compreender as razões dos fracassos políticos e participar da mobilização de recursos interculturais para construir alternativas ao contexto de incerteza imposto pelo processo de globalização. A globalização, compreendida como a concretização do novo ciclo de expansão do capitalismo, não somente como modo de produção, mas como processo civilizatório de alcance mundial, abarca a totalidade do globo de maneira complexa e contraditória, acentuando as desigualdades e tensões, os nacionalismos, os fundamentalismos, as xenofobias e os etnicismos; engendrando articulações e associações; ampliando as conexões; revelando a diversidade cultural que nos constitui como humanidade simultaneamente à dificuldade de conviver com as diferenças.

Nesse contexto, como articular as lutas pelo direito à diferença com aquelas contra a desigualdade social em um mundo em que estamos todos interconectados? Segundo Canclini, o agravamento da *conflictividade* social, a disparidade entre países e no interior deles, e o aumento da brecha entre conectados e excluídos evidencia fracassos políticos, expondo a complexidade do contexto global em que estamos inseridos. Os intercâmbios econômicos, as migrações, os novos meios de informação e de comunicação evidenciam não apenas as diferenças entre os países e no interior deles, mas as desigualdades, que tornam os indivíduos vulneráveis, excluídos, atropelados em suas diferenças.

A exclusão social é questão chave a ser discutida e enfrentada para a consolidação democrática na perspectiva do desenvolvimento humano, aqui definido como o processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam para escolher o tipo de vida que desejam levar, na esteira do pensamento do economista Amartya Sen, o que implica a compreensão do desenvolvimento para além da esfera econômica e o reconhecimento dos indivíduos em sua condição de agentes. Nessa perspectiva, a *interculturalidade* - que remete à confrontação, ao entrelaçamento, ao que sucede quando os grupos entram em relação, o que pressupõe o reconhecimento da diferença a partir de negociações, conflitos e trocas recíprocas - surge como eixo a partir do qual a mobilização para a superação dessas desigualdades, garantindo-se as diferenças, pode ser consubstanciada.

Em sociedades crescentemente diversas como as que vivemos, ainda desafiadas a ampliar sua esfera democrática, como se realiza a construção dos saberes? Como são legitimados ou excluídos? Ainda segundo Canclini, os debates em torno da definição de '*Sociedade da Informação*' ou '*Sociedade do Conhecimento*' vêm-se instados a reconhecer as muitas formas de diversidade cultural que lutam por reconhecimento. Para ele, o saber deve ser válido interculturalmente, o que impõe a necessidade de reconhecimento e *co-habitação* cultural de diferentes formas de conhecimento que efetivamente se comuniquem e não apenas informem, o que é significativamente diferente. Os estados nacionais lutaram por ordenar e hierarquizar as diferenças em seu interior, deslegitimando muitos saberes tradicionais, estabelecendo línguas hegemônicas e impondo visões de mundo que se refletiram na configuração das sociedades. Nos países latino-americanos, grande parcela da população é composta por sujeitos oriundos de culturas indígenas com saberes não legitimados que vêm sofrendo processos sistemáticos de expropriação cultural. A diversidade que nos constitui não se converte em desenvolvimento coletivo, ao contrário, converte-se em desigualdade e segregação.

Apesar disso, "*Pese al reconocimiento desigual que reciben los saberes científicos y tradicionales, y a las tendencias evolucionistas que tienden a descalificar a las culturas indígenas, los saberes autóctonos siguen siendo utilizados por vastos sectores como recursos para la salud, para el trabajo campesino y la educación cotidiana.*" (Canclini, 2004, 183) Canclini não abandona a aspiração à universalidade do conhecimento, mas o faz a partir da busca de uma racionalidade interculturalmente compartilhada. Em outras palavras, para que se configure uma sociedade do conhecimento é preciso que haja interculturalidade. Um grande desafio para o século vinte e um é a inclusão de contingentes excluídos da população mundial, condição necessária para a configuração da sociedade do conhecimento, que pressupõe a interação de diferentes formas de narrar o mundo, de compreendê-lo, de informá-lo, de lhe dar sentido e de agir sobre ele.

Para Aldo Barreto a sociedade da informação é uma tecnoutopia, cuja ênfase recai nas tecnologias da informação, do processamento, armazenamento e transmissão de dados, de tecnologização produtiva que pouco leva em conta a construção compartilhada dos saberes que possibilita a configuração de sociedades democráticas. Armand Mattelart, sociólogo belga, é enfático ao afirmar que a ideia de sociedade da informação, visão tecnicista cuja ênfase recai na utilidade e na tecnologia, contém um forte componente ideológico. Portanto, contrapondo-se à noção de sociedade de informação orientada pela tecnologia, as sociedades do conhecimento (*assim, no plural*) são *mind-driven*. Liberdade, diversidade, acesso e participação são componentes centrais para sua configuração. "*Apenas a utopia do saber compartilhado na produção como no consumo pode nos munir contra os projetos de sociedade da informação ligados a seus engodos reciclados das ideologias etnocêntricas da modernização sem fim*" (Armand Mattelart, 2005, 12), sublinha. "A configuração de sociedades do conhecimento pressupõe a ampliação e o reconhecimento da diversidade de saberes na esfera pública, o que significa redistribuição de forças. O saber tem sua gênese em relações de poder, alertou-nos Foucault. A diversidade cultural é potencialmente criativa, podendo gerar novas cartografias do possível. "*A interculturalidade incorpora a existência das diferenças ao mesmo tempo em que convoca a um diálogo heteroglóssico entre elas*", nota o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (2011, 160).

A diversidade que interpela e comunica é necessariamente uma projeção ao outro. Em seu artigo intitulado "*Por um projeto intercultural crítico*", Ribeiro destaca como a diversidade cultural se reproduz mesmo em situações em que os processos de dominação tentaram homogeneizar as experiências de mundo, impondo uma visão única e deslegitimando as demais. Tais processos acentuaram as desigualdades ao mesmo tempo em que mostraram como a diversidade se mantém mesmo em situações adversas. O desafio atual é como democratizar a democracia (Boaventura Sousa Santos), o que significa refletir sobre a qualidade dos regimes democráticos e, necessariamente, sobre a ampliação dos espaços de manifestação das diferenças e de superação das desigualdades. Cabe lembrar que as diferenças são produzidas socialmente e organizadas segundo relações de força.

Criar as condições para a circulação dos diferentes sentidos que os sujeitos e grupos produzem na sociedade é tarefa mais do que urgente. Criar canais que viabilizem e incentivem a diversidade que nos constitui e garantam que a liberdade de escolha dos valores pessoais – que cada um possa ser quem é e quem quer ser – não seja fator de exclusão. O reconhecimento da mais ampla diversidade humana é possível se for permitido aos indivíduos viver da maneira que elegeram segundo seus próprios valores.

Isto significa a radicalização e a expansão das práticas democráticas e, por outro lado, a contestação permanente de formas de exclusão.

Em seu livro intitulado "O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva", o indiano Arjun Appadurai reflete sobre as dimensões culturais da globalização e de seus efeitos macroviolentos e de violência cotidiana que conhecemos tão de perto. Ao longo do livro, Appadurai expõe de maneira contundente a exacerbção da incerteza social na atualidade, em que a ansiedade da maioria gera o medo às minorias a partir de motivos culturais. A incerteza na vida social, exacerbada pela velocidade e intensidade com que elementos materiais e ideológicos circulam através das fronteiras nacionais, advém do medo às minorias gerado pela angústia da incompletude: as minorias realçam a brecha presente no todo nacional que impede a sensação de um ethos nacional imaculado, coeso, indivisível, supostamente afastado da perturbação e da discórdia. A globalização acelera a incerteza e incentiva a purificação cultural, sustenta. Intensifica a construção e a defesa de identidades fixas, estanques e, como corolário, a tentativa de eliminar diferenças ou, ao menos, neutralizá-las. Promove as identidades predatórias cuja sobrevivência está ligada à extinção de outras identidades. Os saberes dessas minorias são deslegitimados, silenciados, tornados invisíveis.

Gustavo Lins Ribeiro destaca como a diferença é uma característica constitutiva da experiência humana, configurando-se em matéria-prima para a construção de identidades. "*A xenofobia e o etnocentrismo essencialista, instrumentalizados em ideologias e políticas, são expressões negativas do desejo de controlar a diferença*" (Lins Ribeiro, 2011, 161). Defende a ideia de que devemos pensar de forma crítica em direção a um mundo de políticas *pós-identitárias*. Na perspectiva intercultural o conceito de diversidade é pensado de maneira dinâmica e processual, oposto à ideia de congelamento e encastelamento de determinados estados da cultura, estimulando as trocas, as negociações, os reconhecimentos recíprocos. É impossível pensar o desenvolvimento humano sem que haja diálogo intercultural, o que significa o reconhecimento de diferentes formas de compreender e agir sobre o mundo, o intercâmbio de experiências, a negociação simbólica. As tecnologias de informação e comunicação são fonte potencial para que o diálogo intercultural aconteça.

Boaventura Sousa Santos, sociólogo português, ressalta a necessidade de encontrarmos formas de diálogo entre as diferentes formas de saber que constituem o mundo que habitamos, destacando que tal diálogo não significa a inexistência de critérios para avaliá-los como defende o relativismo cultural. É preciso que as diferentes formas de conhecimento sejam colocadas em pé de igualdade em um diálogo significativo, e "*é exatamente esse diálogo que tem sido suprimido pelas monoculturas que nos dominam*" (Sousa Santos, 2004, 46). A configuração de sociedades democráticas pressupõe, portanto, a ampliação dos espaços de interação. A democracia tem por base a atribuição, ao maior número de cidadãos, do direito de participar direta e indiretamente na tomada de decisões. A democracia é invenção histórica e forma de existência social e a interação dos conhecimentos é eixo fundamental desse processo. Afinal, para quem e para quê serve o conhecimento?

A continuidade e o alargamento do processo de democratização levam a sociedade a exigir uma participação cada vez maior e mais ativa na arena pública e na tomada de decisões. As diferentes formas de organizar o social, de vivenciar o mundo e de compreendê-lo devem ser celebradas e não servir como fator de exclusão e de desigualdade no interior das sociedades, determinando relações de poder que discriminam sujeitos e grupos. O reconhecimento do outro, do diverso, é a base do exercício democrático. Para o filósofo francês Jacques Rancière, o princípio da igualdade das inteligências entre os indivíduos é condição *sine qua non* para a eliminação da desigualdade social que se mantém nas instituições sociais, que reproduzem a distância entre os supostos ignorantes e "*O Saber*", legitimado, universalizante, que não faz concessão ao diálogo intercultural. O que o educador brasileiro Paulo Freire denomina "vasilha vazia", visão da educação hegemônica que encara os indivíduos como páginas brancas a serem preenchidas por mestres dotados de conhecimentos inquestionáveis. Todos os indivíduos são dotados de saberes e de capacidade criativa para criá-los e reinventá-los: "*os homens se educam em comunhão, mediados pelo mundo*", anota Freire (Freire, 2004, 69).

Nessa perspectiva, devemos lutar pela redistribuição de forças e pela presença da diversidade de conhecimentos, de saberes e de culturas na esfera pública, a partir de uma perspectiva intercultural. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação tem modificado de maneira significativa as formas de produzir e de intercambiar informação, conhecimento e cultura, embora

ainda reproduzindo as desigualdades, mas com grande potencialidade para que tal situação se modifique. A discussão em torno das dimensões do conhecimento; de seus efeitos; de sua legitimização, exclusão ou hierarquização; da forma como circulam e são compartilhados coloca-se como fundamental, sobretudo na perspectiva de ampliação e consolidação democrática que celebrem e percebam a diversidade como elemento central para a configuração de um mundo em que caibam todos, onde os sujeitos consigam ampliar sua capacidade de lidar com a complexidade dos contextos atuais e que ousem imaginar modos alternativos para a constituição das sociedades. Como destaca o historiador francês Michel De Certeau, é preciso saber se os membros de uma sociedade, "atualmente afogados no anonimato de discursos que não são mais os seus e submetidos a monopólios cujo controle lhes foge, encontrarão, com o poder de se situar em algum lugar em um jogo de forças confessas, a capacidade de se exprimir" (De Certeau, 1995, 218).

Para finalizar

Em O mestre ignorante, Rancière traz do início do século XIX a experiência pedagógica de Jacques Jacotot para refletir sobre a tarefa de redução das desigualdades que move a educação nos dias atuais. O dissonante Jacotot, revolucionário na França de 1789 e obrigado ao exílio quando da restauração monárquica, nos permite refletir como a tarefa da escola republicana, de estreitar a brecha que separa os sujeitos a fim de suprimir as desigualdades, só as faz reproduzir, já que estabelece a igualdade como meta a alcançar a partir da desigualdade. Assim, a promoção da igualdade será alcançada pela distribuição de um saber universalizado, legitimado, monoglóssico. A igualdade jamais vem após, como resultado, mas é ponto de partida, adverte Jacotot. A igualdade das inteligências é o princípio a partir do qual a emancipação poderá concretizar-se, reconhecendo em cada indivíduo o mesmo poder. Nas belas palavras de Rancière: "A igualdade é fundamental e ausente, ela é atual e intempestiva, sempre dependendo da iniciativa de indivíduos e grupos que, contra o curso natural das coisas, assumem o risco de verificá-la, de inventar as formas, individuais e coletivas, de sua verificação" (Rancière, 2011, 16).

A construção de sociedades democráticas, interculturais, necessita partir da proposição de Jacques Jacotot, da igualdade como princípio. Para isso a confrontação, o intercâmbio e o diálogo entre diferentes formas de saber é fundamental para que celebremos a diversidade como perspectiva ampliadora de formas de imaginar e de criar o social.

Bibliografia

- APPADURAI, A. (2011). O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo, Itaú Cultural/Illuminuras.
- BARRETO, A. (2005). As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.6 n.6 dez/05. Acessível em http://www.dgz.org.br/dez05/Art_01.htm. Acesso em 12/05/2013.
- CANCLINI, N. G. (2004). Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad. Barcelona, Gedisa.
- DE CERTEAU, M. (1995). A cultura no plural. Campinas: SP, Papirus, 3^a edição.
- FREIRE, P. (2004). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 38^a edição.
- FOUCAULT, M. (1989). Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Edições Graal, 9^a ed.
- LINS RIBEIRO, G. (2011). Por um projeto intercultural crítico. In: Diversidade cultural e desigualdade de trocas. Belo Horizonte, Editora PucMinas.
- MATTELART, A. (2005). Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação.
- RANCIÈRE, J. (2011). O mestre ignorante. Belo Horizonte, Autêntica, 3^a edição.
- SEN, A. (2007). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das letras.

SOUZA SANTOS, B. (2004). O papel da produção de conhecimento na transformação social. In: O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas. São Paulo, Peirópolis.

Sobre os autor / About the Author:

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

Email de referência: mbol.lucia@gmail.com

Doutora em Ciência da Informação, área de concentração Informação e Cultura. Docente e pesquisadora no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP e no PPGCI da USP.